

Texto original:

NEMER, Fathi; MASRI, Rawan. Imprisoning Palestine: Zionist colonialism through an abolitionist lens. **Scalawag Magazine**, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://scalawagmagazine.org/2023/06/abolitionist-palestine/>>.

Tradução autorizada por
Rawan Masri, Fathi Nemer e Scalawag Magazine.

Traduzido por Amós Caldeira e Margarida Nogueira.

Data de publicação: 27 ago. 2026.

Encarcerando a Palestina

O colonialismo sionista por lentes abolicionistas

Rawan Masri e Fathi Nemer

**Mas eles não são seres humanos,
não são pessoas, eles são árabes.**
– David Hacohen, político israelense.

Os mecanismos de desumanização são debatidos há muito tempo nos campos da psicologia, sociologia e estudos sobre genocídio. É um fenômeno que inevitavelmente se encontra em nossas vidas cotidianas, moldando perversamente a forma como somos vistos, tratados e qual é o nosso valor. A luta para afirmar nossa humanidade, exigir uma vida livre da injustiça e da carência é onerosa e, para muitos, nunca alcançada. Nesse sentido, para muitas pessoas no mundo, o sofrimento é ordenado sistemicamente.

Escravos são considerados ferramentas, frações de um todo. Sobreviventes do genocídio são comparados a vermes pelos seus algozes. Imigrantes são caracterizados como ladrões e estupradores. As dificuldades enfrentadas por pessoas pobres são consequência de sua própria preguiça. Os moradores de rua são rotineiramente retratados como viciados e

trapaceiros, incômodos descartáveis; os colonizados são atrasados e, portanto, incapazes de autodeterminação.

Em nenhum lugar esse fenômeno é mais evidente do que na desumanização dos encarcerados. As condições horríveis impostas ao bem-estar físico e mental dos encarcerados são amplamente considerados uma pena justificável por transgressões reais e imaginárias. Ser considerado criminoso pelo Estado resulta na “expulsão da arena moral”, pondo um fim em toda e qualquer esperança de reabilitação. Afinal, como definido por Michelle Ronda e Ragnhild Utheim em seu artigo *Toward Abolition Pedagogy: Teaching Social Justice in Prison Combined Classrooms*¹, a prisão é “um espaço físico onde a perda de direitos e a desumanização culminam na sua forma institucional mais extrema.”

Entender a desumanização é entender a colonização, já que a desumanização precede e fornece as bases para ações e políticas em grande escala. Não ser humano é não ter direito à dignidade, compaixão ou necessidades básicas de vida. Logo, a desumanização dos nativos é fundamental para o processo do colonialismo.

As justificativas para exercer violência e a expropriação de recursos se tornam muito mais convenientes quando são utilizadas contra um povo que se acredita ser naturalmente violento e criminoso. Em tais casos, a violência contra esse povo se torna prudente e até mesmo considerada autodefesa. Consequentemente, o ser nativo é reposicionado como o elemento criminoso do qual a entidade colonial tem que se defender – isso é feito retirando os direitos dos nativos e negando-os o controle de seu destino.

DESUMANIZAÇÃO E ENCARCERAMENTO DO POVO PALESTINO

A história do povo palestino é parecida com a história de qualquer povo que enfrenta o colonialismo. Para o projeto sionista, aproveitando-se da infraestrutura física e ideológica deixada pelos britânicos, os palestinos

¹ Nota da tradução (NT): Em tradução livre, *Rumo à pedagogia da abolição: ensinando justiça social em salas de aula conjuntas na prisão*. Conforme diz o artigo: “Salas de aula conjuntas emergiram como um componente do ensino superior nas prisões e trazem graduandos de “fora” junto a estudantes encarcerados. Essa modalidade fornece um contexto no qual o diálogo e a troca cultural entre encarcerados e não-encarcerados são encorajados”.

Encarcerando a Palestina

continuam a ser o alvo da violência israelense e ocidental com o objetivo de apagar sua própria existência. Os palestinos têm sido um receptáculo em que a sociedade colonial despeja suas contradições internas: os palestinos nativos não existem, mas configuram uma ameaça existencial ao Estado; Israel é um lugar seguro para o povo judeu, mas simultaneamente está à beira do colapso; é um Estado fundado por secularistas que se revestem de passagens bíblicas, que se colocam como continuadores de reinos antigos ao mesmo tempo que promovem a ruptura colonial europeia com o passado; seu Estado foi apenas possível com o apoio de benfeitores britânicos, que posteriormente foram acusados de serem “colonizadores” quando foi politicamente conveniente.

A cidade (al-Qala’) de Acre que abriga a antiga prisão é uma janela para as contradições inerentes do mito nacionalista de Israel. Um lugar que já recebeu e torturou cruelmente presos políticos – onde palestinos ouviram que seriam tratados como os irlandeses enquanto apanhavam até ficarem irreconhecíveis e eram abusados sexualmente – é agora uma atração turística. Todos os traços de escritos dos palestinos presos foram apagados, incluindo de alguns dos primeiros mártires do movimento de presos palestinos, como Fouad Hijazim Atta al-Zeer e Mohammed Jamjoum. Seus escritos podem ter se perdido, mas sua luta e execuções são relembradas na canção popular “Min Sijjin Akka” [Da prisão de Acre].

Hoje, a cidade abriga um museu do heroísmo que zomba desse legado, apagando e cooptando sua história a serviço da narrativa colonial. O museu caracteriza os poucos membros da milícia sionista que foram presos como combatentes antibritânicos pela liberdade, apesar dos britânicos terem sido os patrocinadores imperiais do movimento sionista a ponto de terem formado em conjunto os “Esquadrões Especiais Noturnos” que atacavam vilas palestinas. Palestinos são caracterizados como figuras rebeldes perigosas. Os “heróis” desse museu se referem aos membros da *Stern Gang* e *Irgun*, que são culpados de praticarem massacres contra vilas palestinas como Deir Yassin.

Essa museografia está alinhada com outras descrições populares de representação dos palestinos na imprensa sionista na época: “assaltantes que atuam em rodovias”, “assassinos traiçoeiros”, “bárbaros, selvagens, derramadores de sangue”, “selvagens com sede de sangue, que perpetram suas ações na noite, que toda coragem vem de emboscadas”.

O desprezo pelos palestinos árabes nativos estava alinhado com os sentimentos britânicos, tal como um policial britânico escreveu que “a maioria dos acidentes são causados pela polícia [...] atropelar um árabe é a mesma coisa que atropelar um cão na Inglaterra, com a diferença que aqui nós não reportamos.”

Como Ghassan Kanafani, um escritor e mártir palestino revolucionário, demonstrou em seu trabalho seminal, *The 1936–39 Revolt in Palestine*², os britânicos apoiaram a presença sionista através da repressão aos palestinos em posse de armas de fogo, especialmente palestinos camponeses. Kanafani cita o trabalho do historiador Isa al-Sifri, *Arab Palestine between the Mandate and Zionism*³, para discorrer sobre a *Britain's Emergency Regulations* – um amplo conjunto de diretivas que concedia a Israel autoridade sobre os palestinos em 1945 – que incluía “seis anos de prisão para posse de revólver, 12 anos para posse de bomba, cinco anos de trabalhos forçados para posse de 12 munições, oito meses por prestar informação falsa a soldados, nove anos por posse de explosivos, cinco anos por tentar comprar munição de soldados, duas semanas por posse de cajados.”

De acordo com a obra *From Haven to Conquest: Readings in Zionism and the Palestine Problem Until 1948*⁴, de Walid Khalidi, que é baseada em relatórios britânicos oficiais cotejados com outros documentos, estima-se que 19.792 palestinos foram feridos ou mortos durante esse período. Para esclarecer a escala disso, vamos fazer uma comparação com os Estados Unidos. Considerando o número de habitantes no período em que essa estimativa foi realizada, esse número seria equivalente a um milhão de mortos, três milhões de feridos e 6.120.000 detidos nos Estados Unidos. É essa escala massiva de perdas que tornou possível o Estado de Israel.

Essa aliança ideológica e material entre as entidades sionistas e britânicas é evidente na escala da limpeza étnica durante 1947 e 1948 conhecida como Nakba. Essa campanha de limpeza étnica levou a expulsão de 800 mil dos 1.4 milhão de palestinos que viviam na Palestina histórica naquele tempo. Mais de 70 massacres foram praticados, resultando no assassinato de pelo menos 15 mil palestinos.

² NT: Em tradução livre, *A revolta de 1936-39 na Palestina*.

³ NT: Em tradução livre, *A Palestina árabe entre o Mandato e o Sionismo*.

⁴ NT: Em tradução livre, *Do refúgio à conquista: leituras sobre o sionismo e o problema palestino até 1948*.

Encarcerando a Palestina

A cidade de Acre pode então ser entendida como um local de propaganda estatal sionista e como um microcosmo da contradição colonial – os colonos desejando substituir sua desagradável história de herdeiros do imperialismo britânico com a história mais nobre de resistência anticolonial palestina. Eles anseiam as marcas de natividade e legitimidade, ao mesmo tempo que as desprezam e querem que os palestinos sejam punidos, trancafiados, fora de vista e da mente.

Sionistas estão em conflito com a negação de como seu Estado foi criado e a violência demograficamente obcecada necessária para mantê-lo. Isso é o que torna a subsequente criminalização dos palestinos pelo Estado de Israel tão necessária para seu mito e identidade nacionais na medida em que lida com seu “espectro colonial” – a associação inescapável com o racismo colonial depois de uma época de nacionalismos anticoloniais aburguesados. Esse conflito pode ser visto com a utilização cínica da linguagem do progresso liberal e justiça social para argumentar porque os colonos merecem mais essa terra do que os palestinos. A língua franca internacional dos direitos humanos é apropriada a fim de reivindicar os marcadores superiores de valores civilizacionais: os palestinos não têm consciência ambiental suficiente para merecer essa terra, bem como não são suficientemente livres do patriarcado e da homofobia.

ESTRANHOS EM SUA PRÓPRIA CASA

No início de 1948, centenas de milhares de palestinos foram expulsos de sua casa por razões étnicas. Ainda assim, uma porção considerável da população palestina conseguiu permanecer. Embora a guerra tenha acabado em março de 1949, a expulsão dos palestinos e a destruição em grande escala de suas comunidades continuaria até meados de 1950. As poucas comunidades palestinas que conseguiram evitar as campanhas de limpeza étnica tornaram-se uma minoria no interior de um Estado que os via como o inimigo. O controle e pacificação destas comunidades cativas tornou-se uma matéria de grande importância para o Estado, que agora os via como uma presença estrangeira na nova sociedade colonial.

Para atingir esses objetivos, duas táticas foram implementadas:

A primeira foi colocar comunidades palestinas sob lei militar, cercando-as com arame farpado e controlando de perto todos os aspectos de suas vidas. Por exemplo, autorizações eram exigidas para se mover entre

vilas e as viagens eram muito restringidas. Nos primeiros anos, as condições nessas prisões a céu aberto eram tão terríveis que um membro da assembleia israelense na época as descreveu como “campos de concentração cercados”.

A segunda tática era desenvolver um sistema legal que pudesse conferir um véu de legitimidade sobre a subjugação dos palestinos e racionalizar a expropriação da propriedade e dos bens palestinos. Isso veio na forma da Lei da Propriedade Abandonada, que permitia a apreensão da casa, fazenda e contas bancárias de qualquer palestino que estão estivesse fisicamente presente para contestar a apreensão. Esse foi um sistema conveniente para o Estado sionista, na medida em que qualquer refugiado que ousasse cruzar a fronteira para reivindicar sua propriedade era recebido com o abraço das rajadas de bala e a morte certa – tudo para garantir a tomada de suas posses.

Para afastar a noção de que essas leis não eram nada mais que uma peneira para tapar um sol de injustiça, novas cláusulas foram criadas para excluir os palestinos que estavam no interior das fronteiras do novo Estado que teoricamente poderiam contestar a tomada de sua propriedade. Isso culminou no rótulo absurdo de “Ausente Presente”, que definia que o palestino estava tecnicamente presente, mas que não tinha autorização para viajar até a sua propriedade para contestar, ou não estava disponível no dia da inspeção. Naturalmente, não havia apelação ou recurso para esses palestinos. Estima-se que aproximadamente um terço de todos os palestinos que permaneceram no interior da Linha Verde⁵ foram classificados como ausentes presente.

Depois da perplexidade inicial sobre a contradição de se estar presente e ausente, essa designação oferece um olhar admiravelmente honesto sobre a mentalidade colonial. É uma designação que encapsula a lógica da desumanização, que tornou o nativo invisível em todo mundo. Eles podem estar fisicamente presentes, mas não importam e não são dignos de consideração. Essa é apenas uma versão mais recene da *Terra Nullius*, ou “terra de ninguém”. A lógica desse conceito é que qualquer terra não gerida no sentido “moderno” fosse considerada vazia pelos colonialistas e, portanto, livre para ser tomada.

⁵ NT: Linha Verde é um termo utilizado para descrever as fronteiras do Estado de Israel como definidas pelo Armistício de 1949. O nome deriva da cor do lápis utilizado para traçar a fronteira no mapa durante as negociações do armistício.

Encarcerando a Palestina

No fim, a combinação de sistemas carcerários de policiamento militar aliado a leis racistas e discriminatórias efetivamente criminalizaram todo aspecto da vida palestina no interior da Linha Verde. Esse eixo de dominação e controle existiria até 1966. Um ano depois, após a guerra de 1967 e a ocupação da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, Israel transportou e expandiu esse eixo para as novas áreas ocupadas. A velocidade com que Israel foi capaz de exercer controle efetivo sobre a população dessas novas áreas ocupadas foi muito devido a décadas de experiência de policiamento e controle de palestinos no interior da Linha Verde.

Esses sistemas existem até hoje e uma análise da colonização da Palestina através de uma lente abolicionista está incompleta sem um olhar minucioso para esses diferentes regimes de dominação. Isso tudo está no quadro daquilo que foi cunhado de Nakba contínua, ou uma compreensão da Nakba não como um evento histórico fechado, mas como violência contínua com o objetivo de destruir a Palestina e os palestinos. Para esse fim, os massacres de 1948 não são exaustivos.

FAIXA DE GAZA A MAIOR PRISÃO A CÉU ABERTO DO MUNDO

As condições da Faixa de Gaza são um microcosmo do colonialismo sionista na Palestina. Essa estreita faixa costeira foi uma Arca de Noé para os refugiados que enfrentaram as campanhas de limpeza étnica de 1947–48. Hoje, $\frac{4}{5}$ da população de Gaza são refugiados, na Faixa há oito campos de refugiados.

Por décadas, a ocupação e total controle da Faixa de Gaza se manteve, mas em formas diferentes. Embora em Gaza não haja assentamentos, pontos de controle ou forças terrestres de ocupação, “o cerco de Gaza representa uma forma distinta de controle político fundada em um conjunto acessório de práticas executadas ao extremo.”

Entender como era a ocupação de Gaza nos ajuda a entender como os mecanismos atuais de controle e privação mudaram.

Os colonos em Gaza, como aqueles na Cisjordânia ou em Jerusalém, não satisfeitos com as casas que roubaram dos palestinos em outros lugares, assentaram-se com a intenção de expropriar mais terra e recursos, mesmo que isso significasse construir seus fortes entre os nativos, mesmo que de forma segregada. Havia, claro, incentivos maiores para construir e preencher

esses assentamentos, na medida em que eram centros para controle que poderiam ser utilizados para desestabilizar a contiguidade entre a Faixa de Gaza e o Egito. Como o arquiteto Yehuda Drexler do Ministério da Habitação Israelense disse, “se tal conexão territorial não existisse, todas as suas hipóteses de sobrevivência dependeriam de Israel, e isso os faria agir de forma mais comedida.”

Os assentamentos foram evacuados em 2005-2006, ostensivamente como uma forma de solucionar um processo de paz em suspenso e para segurança dos colonos, mas principalmente como uma forma de isolar Gaza. Esse é apenas “outro passo na construção de uma soberania palestina “ficcional”, uma soberania ilusória restringida pelas condições políticas, sociais e econômicas impostas pelas forças de ocupação.”

O isolamento alcançou seu auge em junho de 2007, quando Gaza foi posta sob o que mais tarde se tornaria décadas de rígidos bloqueios implacáveis. Repetindo Dov Weisglass, conselheiro do então primeiro-ministro Ehud Olmert, a ideia por trás do bloqueio era “colocar os palestinos em uma dieta, mas não os fazer morrer de fome.” O Estado israelense negou a literalidade dessa ideia nas suas políticas, mas vazamentos revelaram não apenas listas detalhadas de quais alimentos básicos (ou mesmo alimentos considerados iguarias ou luxos, como chocolate) eram permitidos, mas o documento também “calcula o número mínimo de calorias necessário por cada grupo etário e de gênero em Gaza.” Como relatado, esses cálculos “determinam a quantidade de alimentos básicos que devem ser permitidos na Faixa diariamente, bem como o número de caminhões necessários para carregar essa quantidade.” Na prisão – fechada, a céu aberto como Gaza, ou de outra forma – o controle sobre escolhas básicas da vida cotidiana é retirado. O alimento se torna “parte da máquina disciplinadora.”

O bloqueio também impede a importação de bens considerados “de uso civil-militar”, uma lista que abrange materiais de construção básicos, impedindo expansões habitacionais ou reconstruções básicas necessárias. Até mesmo os bombeiros ficam mal equipados. Caminhões de bombeiros, como aqueles utilizados em um grande incêndio no campo de refugiados de Jabaliya que matou 21 pessoas, não conseguem obter mangueiras para incêndios ou lanternas de bombeiros, já que estes materiais estão incluídos na lista.

Encarcerando a Palestina

Não apenas os palestinos em Gaza estão perpetuamente sob tais riscos evitáveis enquanto não possuem liberdade para comer ou construir como quiserem, eles também tiveram sua liberdade de movimento inteiramente restringida. Pescadores são impedidos de pescar em suas águas mediante ameaças de morte, com as áreas em que são permitidos pescar sendo alteradas arbitrariamente. Agricultores têm suas terras contíguas às fronteiras da Palestina 48 (30% da terra cultivável de Gaza) unilateralmente designadas como zonas “*no-go*”, em que apenas entrar pode resultar em ser abatido imediatamente. Mesmo aquelas necessidades urgentes de cuidados médicos são frequentemente negadas. De acordo com Organização Mundial da Saúde, centenas morreram aguardando autorizações para atendimento médico.

Esses mecanismos de controle acontecem junto a grandes guerras repetidamente empreendidas em Gaza intercaladas com campanhas de bombardeamento. Uma análise rápida dessas guerras não faz jus em explicar a escala do sofrimento humano que causaram, com aproximadamente 4 mil mortes e 19,500 feridos.

Essa violência foi incentivada pelos israelenses, com um estudo demonstrando que durante a guerra de 2014 em Gaza, os israelenses tinham “grande apoio para agressão coletiva e uma surpreende aceitação de mortes civis. Em média, os participantes indicaram que eles estavam dispostos a matar 575 civis palestinos para salvar a vida de um soldado israelense ferido por um militante palestino.”

Uma análise demográfica não alterou significativamente os resultados. A desumanização israelense dos palestinos foi considerada “os maiores níveis de desumanização flagrante contra qualquer grupo externo observados até o momento com a utilização da escala AoH (*i.e.*, maior do que foi observado em participantes estadunidenses, ingleses e húngaros que classificaram mais de duas dezenas de grupos diferentes, incluindo o ISIS).” Isso deixa claro porque Gaza é considerada *a maior prisão a céu aberto do mundo* – ou como outras pessoas chamaram, *uma vasta jaula humana no mediterrâneo oriental*. Mover-se dentro e fora da jaula é difícil e humilhante. Há escolhas limitadas sobre o que comer e onde viver, e a violência é infligida maliciosamente pelos captores.

NA CISJORDÂNIA, ÉS CULPADO ATÉ QUE SE PROVE O CONTRÁRIO

Mecanismos de controle dentro da Cisjordânia são melhor compreendidos por lentes abolicionistas. Desde 1967, a Cisjordânia é administrada pelo exército israelense e desde então todos os palestinos na região são vistos como ameaças militares.

Consequentemente, todos os palestinos detidos por Israel são julgados por juízes militares em tribunais militares. Esse sistema judiciário é conhecido por sua taxa de condenação de 99.7%, o que quer dizer que é virtualmente impossível ser absolvido independentemente da acusação ou evidência. Embora nunca se esperou que um sistema colonial militar pudesse oferecer qualquer coisa parecida com justiça para seus sujeitos, essa taxa de condenação astronômica desmonta até mesmo a farsa do devido processo legal.

Desde o momento em que os detidos chegam, eles são submetidos por vários métodos de tortura para extrair confissões. A tortura é o procedimento padrão *de facto* nas prisões israelenses. Eles empregam táticas de guerra física e psicológica como tortura, tais como: sufocamento, agressões físicas, forçam detidos a ficar em posições desconfortáveis por horas, isolamento, insultos e outras punições designadas para humilhar e degradar. Outra tática é forçar os detidos a assinarem documentos ou confissões em hebraico, uma língua que a maioria dos palestinos não lê ou compreende, frequentemente os enganando sobre o conteúdo desses documentos. Nem mesmo as aproximadamente 500 a 700 crianças detidas e processadas todo ano, algumas de até 12 anos, são poupadas de tal tratamento explorador e perverso. Israel também pratica a chamada “detenção administrativa”, que permite que o tribunal decrete a prisão de qualquer palestino por até seis meses sem julgamento. Essa detenção pode ser renovada indefinidamente – geralmente com duração de anos – e é fundamentada em evidências “secretas” que só o juiz tem acesso. Não há devido processo legal e os acusados e seus advogados não têm o direito sequer de saber o conteúdo das acusações que enfrentam. Uma vez condenados, os palestinos são arrancados de sua comunidade e transferidos para prisões no interior da Linha Verde. Isso tem o efeito de isolá-los, já que devido ao complexo sistema de *checkpoints*, autorizações e restrições gerais à

Encarcerando a Palestina

movimentação palestina, torna-se extremamente difícil para suas famílias visita-los no cárcere.

Essas ações são claramente uma violação da Quarta Convenção de Genebra. Convenientemente, Israel há muito tempo argumenta que as convenções de Genebra, bem como o Direito Internacional, não se aplicam à Palestina ocupada. Isso efetivamente deixa os palestinos em um limbo legal, fazendo com que qualquer direito limitado se torne um presente dado pelas magnânimas autoridades de ocupação. Esses direitos são então exibidos como prova da humanidade do carcereiro que tem a infelicidade de ser forçado a lidar com sujeitos coloniais tão ingratos.

Não contente em punir indivíduos, as autoridades de ocupação praticam punição coletiva em que punem famílias inteiras, bairros ou até mesmo cidades por supostas transgressões de um único membro da comunidade. Talvez o exemplo mais proeminente de tal punição é a demolição da habitação familiar de qualquer palestino condenado por “terrorismo”, condenando famílias inteiras à vida na rua, sem nada. Essa também é outra tática herdada das autoridades britânicas durante o mandato da Palestina para quebrar o espírito da resistência. A crueldade dessa prática vem sendo aperfeiçoada desde então pelos seus *protégés* israelenses. Essas ações são somadas a uma série de outras punições coletivas, tais como toques de recolher, restrições a viagens, *checkpoints* e outras medidas draconianas. Há sempre uma rua em algum lugar sob toque de recolher, uma família sob prisão domiciliar ou assistindo sua casa ser demolida, ou um bairro transformado em zona de caça para a polícia militar à procura de ossos para quebrar.

Supostos crimes não são a única forma pela qual Israel legitima suas empreitadas carcerárias coletivas. No seguimento do massacre na Mesquita Ibrahimi, quando um colono israelense massacrrou 29 palestinos a sangue frio em um momento de oração, as autoridades israelenses fecharam as áreas circunscritas, incluindo a rua Shuhada. A rua Shuhada era uma rua muito viva e movimentada em Hebrom que possuía um mercado popular. O governo israelense justificou o seu fechamento alegando que o objetivo era para proteger os colonos que viviam na cidade dos palestinos, as vítimas do massacre. Hoje, a rua Shuhada é uma rua deserta. As famílias cujas casas estavam nessa rua tiveram suas portas de entradas soldadas, forçando seus habitantes a escalar por buracos nas paredes e no teto. A rua Shuhada

continua fora dos limites para palestinos, apenas os colonos são permitidos, estes que frequentemente provocam os residentes das casas soldadas. Consequentemente, essa rua ficou conhecida em Hebrom como a infame “rua do Apartheid”.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS PALESTINOS EM JERUSALÉM

Em Jerusalém, a assim chamado “capital eterna” de Israel, existem diferentes leis para diferentes segmentos da população. Jerusalém Oriental, cuja população é majoritariamente palestina, está sujeita a uma série de medidas, leis e procedimentos que visam especificamente a aplicação de medidas punitivas. Os palestinos são vistos como residentes, não cidadãos. Isso os torna dependentes de documentos precários para justificar a sua presença, em vez de terem o simples direito a existir.

Jerusalém é um campo de batalha na grande luta demográfica de Israel para adquirir o máximo de território com o menor número de Palestinos possível. Através do comitê governamental Gafni, Israel declarou que Jerusalém deveria manter uma maioria demográfica judaica de 73,5%. Para atingir este objetivo, a população palestina da cidade tem sido submetida a uma guerra jurídica discriminatória de modo a encorajar ou forçar o maior número possível de palestinos a sair de Jerusalém.

As autorizações de residência palestinas são frequentemente revogadas sob os pretextos mais frágeis. Se você for um palestino de Jerusalém Oriental, por exemplo, e decidir estudar por algum tempo no estrangeiro sem visitar a cidade, isso constitui motivo para a sua expulsão permanente. Isto ocorre devido à política “centro da vida”, que estipula que a autorização de residência é revogada se você não comprovar que Jerusalém é o seu local de residência primário. Esta política é implementada arbitrariamente e aplicada apenas a palestinos. Até mesmo se mudar para um subúrbio vizinho é pretexto suficiente para ser expulso da cidade e da comunidade da qual você faz parte. Isto é visto pelos palestinos como a continuação da Nakba por outros meios, uma vez que milhares de famílias têm sido removidas forçosamente.

Outra tática é implementar um sistema de autorizações seletivo, que dita que os palestinos devem obter uma autorização para reparar, expandir ou construir novas casas nas suas vizinhanças. Essas autorizações são

Encarcerando a Palestina

praticamente nunca concedidas, deixando as comunidades urbanas palestinas sobrelotadas, subfinanciadas e sem reparos. Enquanto isso, estão sendo construídos novos assentamentos nos confins da cidade, em que colonos judeus são encorajados a utilizar subsídios governamentais generosos para alterar a balança demográfica.

Para manter o *status quo*, Jerusalém tem sido transformada em um campo de ação para a polícia. Tropas armadas patrulham as ruas dos bairros palestinos oprimidos, assediando e revistando jovens por qualquer motivo. Tudo isto é acompanhado pelo apagamento dos nomes tradicionais e históricos da região e da toponímia, substituindo-os com nomes sionistas como Herzl, Allenby, Rothschild, homenagens a colonos e benfeitores alheios à terra e à língua.

NENHUMA LIBERTAÇÃO NA MORTE

Dar o último suspiro não garante que se consiga escapar do carcereiro. Encarcerar os oprimidos tem sido uma tática tão antiga quanto o próprio tempo. No entanto, é necessário um tipo especial de crueldade e frieza para construir uma prisão para os mortos.

Os Cemitérios dos Números são terrenos utilizados para enterrar os corpos de palestinos acusados de “terrorismo”. Os corpos são enterrados em valas numeradas, sem ritual ou dignidade. Atualmente, mais de 250 corpos repousam nesses cemitérios, privando centenas de famílias do luto e da oportunidade de se despedir de seus entes queridos.

Os corpos daqueles que caíram são, então, mobilizados como moeda de troca, frequentemente utilizados para pressionar as famílias a desistir de pedidos por autópsias ou por qualquer investigação que esclareça como ou porque é que o seu ente querido foi morto. De fato, o preço para se despedir vem frequentemente na forma de um acordo para enterrar o corpo imediatamente e conduzir o funeral durante a noite, com uma lista restrita de participantes aprovados.

Estas práticas vão além da mera punição coletiva. A violação dos direitos dos palestinos falecidos assume uma dimensão existencial para os assentamentos dos colonos israelenses. É difícil negar a existência do nativo quando a evidência da sua habitação milenar da terra é marcada no próprio território que o Estado pretende usurpar. Tal apagamento é incorporado através da destruição planejada do cemitério medieval Ma'man Allah, em

Jerusalém, com o propósito de construir um Museu da Tolerância israelense. Tal zombaria grotesca do próprio conceito “tolerância” seria considerada muito forçada se se tratasse de uma obra de ficção. No entanto, centenas de corpos têm sido escavados do cemitério para pavimentar o caminho dessa profanação.

Nenhuns traços da natividade podem permanecer. Nenhuma menção a ela pode sobreviver, nem mesmo na morte.

INFORMANTES NATIVOS

Após a participação nos Acordos de Oslo, a Autoridade Palestina (AP) foi criada enquanto corpo interino para “cuidar” das questões palestinas na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e na parte oriental de Jerusalém. Este período era para durar não mais de cinco anos e resultaria no estabelecimento de um Estado da Palestina. Em vez disso, já se passaram quase trinta anos e hoje não estamos mais próximos do estabelecimento de um Estado palestino do que estávamos naquela época. A assim chamada autoridade interina se tornou permanente, mas ainda continua restringida pelas condições e quadros ultrapassados assinados há décadas.

Este arranjo tem se mostrado bastante conveniente para Israel. Em um único golpe, conseguiu transferir todas as suas responsabilidades como poder de ocupação para a AP, ao mesmo tempo em que mantém controle efetivo sobre toda a região. Enquanto corpo interino, a Autoridade Palestina não possui soberania e os seus poderes estão limitados a tarefas administrativas. Estes poderes são limitados ao ponto de Israel determinar, através do controle do registro civil, quem é ou não um cidadão palestino. Enquanto isso, a AP toma a responsabilidade pelo “trabalho sujo” de ocupar uma população, como saúde, saneamento, educação e segurança. Com o apoio da ajuda internacional, isso criou efetivamente uma ocupação subsidiada pela comunidade global, onde Israel consegue colher todos os benefícios da ocupação e nenhuma das suas responsabilidades.

Com sua popularidade em decréscimo e a legitimidade de seu projeto em dúvida após décadas de estagnação política, a AP tem recorrido a medidas de segurança mais draconianas e a mais encarceramento para reprimir a dissidência palestina. O “Complexo de Segurança” da AP em Jericó é referido coloquialmente por ativistas como o “Matadouro de Jericó”

Encarcerando a Palestina

devido à severidade dos métodos de tortura usados contra as pessoas detidas, que são impostos em resposta a acusações e alegações ofensivas.

No caso de Nizar Banat, um conhecido e renomado crítico da AP – cujo crime incluiu a publicação de vídeos no Facebook – “sair da linha” foi o suficiente para que a sua casa fosse alvejada, para que ele fosse torturado e assassinado e para que a sua morte fosse justificada por um oficial de alta patente, que afirmou explicitamente que ele mereceu morrer por ter sido “rude” e por ter “atacado todo o sistema social”. Apesar da resistência contra a AP ter precedido o martírio de Banat, é importante notar que a brutalidade da Autoridade Palestina se tornou muito mais flagrante após a sua morte. Protestantes foram atingidos com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, e mulheres protestantes foram assediadas sexualmente e tiveram os seus celulares confiscados, resultando frequentemente na publicação de suas fotografias pessoais.

Outro aspecto crítico do desespero da AP é a crescente “coordenação de segurança” com a ocupação israelense. Através desta coordenação, o aparato de segurança palestino tem sido utilizado para reprimir a resistência palestina e aprisionar qualquer crítico desse arranjo. Esse mesmo sistema também autoriza as forças de segurança palestinas a se retirar de áreas que estão prestes a ser alvo de uma operação das forças de ocupação, ou para deter palestinos procurados por Israel. A maioria do povo palestino se opõe a estas práticas, fazendo com que muitos rotulem a Autoridade Palestina como força auxiliar da ocupação – ou, como o intelectual e ativista palestino Bassel al-Araj escreveu, “uma classe de gerentes que se beneficia diretamente da existência da ocupação”. Essas são, indubitavelmente, descrições precisas da Autoridade Palestina, uma vez que ela se uniu a Israel e à comunidade internacional na criminalização da resistência.

Você não está derrotado enquanto resistir.

– Mahdi Amel

Qabr (قبر) é uma palavra árabe de grande impacto. Ela expressa um sentimento profundo e doloroso de frustração e ressentimento, muitas vezes misturado com raiva, diante da existência da crueldade e da injustiça.

O povo palestino sabe há muito tempo o que significa sentir *qabr*. A nossa agonia pelo que nos foi e continua sendo retirado tem alimentado

nossa resistência contra a colonização sionista. Essa agonia não nasce da desesperança. Pelo contrário, ela provém da convicção profunda de que nós e nossos filhos merecemos viver vidas de liberdade e alegria, e de que não desistimos de tornar isso uma realidade.

Merecemos dar à luz sem sentir medo das centenas de *checkpoints* que criaram uma “geografia social do terror (...) marcada pela violência contra a jornada do nascimento”, em que mulheres têm sido forçadas a parir e a sofrer abortos espontâneos em números devastadores. As nossas crianças merecem um ambiente saudável e estável após o nascimento – e não serem “privadas da infância” em que o direito a viver e a existir como crianças é sistematicamente negado à medida em que testemunham atrocidades incontáveis. Forçadas a crescer dessa maneira, atirar pedras em soldados invasores torna-se uma das únicas coisas que estão sob seu controle. Isso é considerado um crime de “segurança” segundo a lei militar israelense, apesar de sabermos que é uma forma de resistência, uma rejeição da opressão e do *status quo*.

Então nós resistimos a esta realidade política hostil, em que todos os aspectos da vida – seja biológica, cultural ou material – estão diariamente sob risco no que se constitui como uma “zona de morte”. Enquanto palestinos, resistimos esta zona de morte de mil maneiras diferentes e interligadas, enquanto nos dizem que somos nós que estamos obcecados pela morte.

Não é surpresa, então, que o poema de Rafeef Ziadah “*Nós ensinamos a vida, senhor*” ressoou com tantos palestinos. Nele, a poeta se opõe à audácia e exigência opressora de que sejamos vítimas perfeitas de modo a merecer a simpatia do mundo.

Como pergunta Ziadah, não acordamos todas as manhãs para ensinar ao resto do mundo o que é a vida?

Quando as nossas companheiras encarceradas trazem ao mundo crianças profundamente amadas, desafiando o sistema carcerário colonial por meio do contrabando de esperma, não será isso um ato de amor revolucionário e de resistência? Trazer vida à zona de morte, subvertendo a matriz de dominação que vê nossas crianças como nada mais do que uma ameaça demográfica – existe algum ato de rebelião mais sincero, mais determinado a extrair vida do lugar que deveria ser nosso túmulo?

Walid Daqaa é um escritor e ativista palestino que está entre aqueles que subverteram o sistema dessa forma. Daqaa enfrentou décadas de tortura

Encarcerando a Palestina

física e psicológica na cadeia, assim como negligência médica devastadora enquanto era diagnosticado com câncer. Assim como outros “presos de segurança” palestinos, ele não tem direito a visitas conjugais. Apesar disso, ele tem uma filha, Milad, que é uma das 110 crianças nascidas do “esperma libertado” de presos palestinos que cumprem penas longas ou perpétuas. O procedimento é geralmente gratuito, uma vez que é visto como uma “responsabilidade social”. Para os presos palestinos e para as suas famílias, esta forma de resistência é uma fonte de esperança e uma forma de recuperar agência sobre as suas vidas.

Através desses atos de resistência, estruturas de poder prisionais são subvertidas e a autoridade do carcereiro cede para revelar uma ordem frágil, ameaçada pela mais leve brisa de ruptura. Nenhuma tática demonstra isso melhor do que as grandes greves de fome organizadas por presos palestinos. Estas greves desafiam a noção da “normalidade” do encarceramento, virando de cabeça pra baixo o *status quo* e usando os meios de controle dos carcereiros contra eles. Através das greves de fome, os presos utilizam as últimas armas em seus arsenais, as últimas ferramentas que podem utilizar para desafiar a opressão: os seus corpos e as suas vidas. Isso exemplifica o conceito de necroresistência de Banu Bargu – liberdade ou morte. Entrevistas como essas, realizadas com participantes das greves de fome, destacam que a greve é vista como “vida ou morte”, uma exposição da desumanidade da ocupação e uma reivindicação da própria humanidade. Tudo isto se faz em resistência às “tecnologias de poder repressivas” que são mobilizadas contra os cativos de forma a privá-los de uma vida normal.

A ADDAMEER, uma organização palestina de apoio às pessoas encarceradas e de defesa dos direitos humanos, registra as greves de fome coletivas e individuais desde 1968. O primeiro mártir do Movimento de Presos Palestinos foi Abdul Qader Abu al-Fahem, martirizado após entrar em greve de fome e ser alimentado contra a sua vontade. No dia 2 de maio de 2023, Khader Adnan foi martirizado após uma greve de fome de 80 dias que realizou em protesto contra o seu encarceramento. Adnan já tinha um histórico de greves de fome contra as autoridades de ocupação, o que lhe roubou anos de vida ao ser alvo de sucessivas detenções administrativas sem qualquer acusação ou julgamento.

A greves de fome dos presos palestinos são recebidas com atos de solidariedade e mobilização nas ruas. O perigo que isso representa para Israel

fica evidente na brutalidade com que reprime os grevistas, empregando táticas que incluem: “arrastar os detidos para fora de suas celas, despir-lhes as roupas e zombar de seus corpos emagrecidos; realizar revistas provocatórias nas celas, confiscando os bens que lhes restam; revogar todos os direitos, como o direito a jornais diários ou à radio; reduzir os intervalos; sobrelotar as celas”.

Eles também recorrem a espancamentos e espalham rumores falsos na esperança de abalar o ânimo dos presos. Alegam que a greve de fome chegou ao fim e que outros presos estavam, na verdade, se deliciando com uma farta refeição enquanto eles passavam fome. Durante a greve de fome prisional de 2017, as autoridades prisionais israelenses publicaram um vídeo do líder grevista Marwan Barghouti supostamente comendo em sua cela. Convenientemente, seu rosto não pode ser visto e as autoridades prisionais recusaram qualquer análise das gravações para confirmar a sua identidade. Isso foi amplamente visto como mais uma tentativa de guerra psicológica contra os presos, já que a manipulação de vídeos por parte de Israel para criar narrativas enganosas é uma tática conhecida.

Apesar destas violações e de tentativas de reprimir a resistência, os presos palestinos adotaram táticas de desobediência coletiva e obtiveram concessões e dignidades básicas, especificamente o aumento do número de visitas, a redução da sobrelotação, a melhoria da ventilação, fotografias anuais de suas famílias, melhor acesso a telefones públicos, ambulâncias para a transferência de presos em estado de saúde crítico e até mesmo não serem obrigados a tratar os carcereiros por “senhores”. Conseguiram também assegurar direitos de acesso a livros, a possuir materiais de papelaria e a organizar aulas e debates. Um currículo político foi desenvolvido através de esforços coletivos, desde trocas de conhecimentos por presos com formação universitária até familiares que contornam as proibições de livros reencadernando capas, disfarçando materiais com fotos de celebridades e até mesmo engolindo transcrições manuscritas de livros, enroladas transformadas em cápsulas para contrabandear para dentro e para fora das celas. As celas se tornaram centros de aprendizado e de disseminação do pensamento libertador e de discussões sobre como dar continuidade à luta – faróis que iluminam a escuridão da masmorra.

Muitas outras ações cotidianas se tornam insubordinação quando toda a sua cultura está sob ameaça de extinção. Quando criamos nosso bordado

Encarcerando a Palestina

tradicional, *tatreez*, resistimos às nossas mortes e apagamentos. Este é um fato do qual Israel está consciente, tentando cooptar essa herança prática em várias ocasiões. Um grupo de mulheres beduínas-palestinas foi induzido a criar um vestido com o bordado tradicional *tatreez* para o estilista israelense Aviad Arik Herman. Elas não foram informadas sobre a identidade do estilista nem que o propósito da encomenda seria utilizar o vestido num evento beneficente da Semana da Moda de Nova York, coorganizado por uma agência da cidade que promove estilistas israelenses. Num outro caso, um vestido de noiva palestino bordado que foi deixado para trás em meio à limpeza étnica de 1948 foi leiloado pelo filho de um membro de uma milícia sionista, que afirmou que o tinha encontrado numa casa palestina “abandonada”. Em meio a tais tentativas desrespeitosas de apagamento discursivo e físico, o *tatreez* que os israelenses tentaram reivindicar como seu está sendo bordado com resiliência dentro das paredes das prisões israelenses, apesar da crescente repressão violenta contra a prática.

Existem inúmeros exemplos de resistência aos muros da prisão que podem ser mencionados, uma vez que muitos de nós e dos nossos entes queridos já passaram direta ou indiretamente por experiências de encarceramento. Desde 1967, mais de 800 mil palestinos foram encarcerados, com aproximadamente 40% da população adulta masculina já tendo visto o interior de um centro de detenção ou prisões. É evidente para nós como a ocupação é necessariamente punitiva e controladora, de modo que ser colocado em cadeias israelenses por resistência é uma fonte de orgulho e não de vergonha. Aqueles que estiveram presos emergem das suas sentenças como líderes respeitados da sociedade e são recebidos com procissões, flores e celebrações. Em 2011, ocorreu uma troca de presos em que mil presos palestinos foram libertados em troca de um soldado israelense que havia sido capturado. A libertação contou com som de fogos de artifício e concentrações, carros cheios de jovens buzinando e agitando bandeiras, canções patrióticas tocando em alto-falantes, um casamento coletivo sendo realizado e a declaração de um feriado nacional. Um dos presos soltos agradeceu à resistência por “nos ter devolvido como heróis libertados”. Os presos libertados comemoram com alegria o seu retorno às comunidades em repúdio aos seus carcereiros, mesmo quando essas celebrações são ativamente reprimidas sob ameaça de violência, com o

ministro da Segurança Nacional de Israel ordenando que a polícia impeça essas celebrações e defendendo a instituição da pena de morte.

Os presos palestinos libertados confrontam estas ameaças e tentativas de intimidação com o apoio total da sociedade que os abraçou. Isso fica claro nas histórias de relacionamentos amorosos que perduram por anos, até mesmo décadas, até que o noivo preso seja libertado. As famílias dos presos políticos contam com apoio social, o que ajuda as crianças a se adaptar ao trauma de ter um dos pais ausente; contam também com pequenas formas de apoio financeiro – uma política que é, claro, violentamente difamada pelos sionistas.

Outro testemunho da aceitação social dos presos encontra-se no campus da Universidade Al-Quds: o Museu Abu Jihad do Movimento dos Presos. Batizado em homenagem a Khalil al-Wazir, também conhecido como Abu Jihad, líder da Organização para a Libertação da Palestina e combatente da resistência, o projeto do museu “reproduz a experiência de ser levado para a prisão” e exibe os escritos dos presos, apresentando as perspectivas dos encarcerados como algo nobre e digno de consideração. Ao fazê-lo, o museu resiste às forças que encarceraram os seus protagonistas, às próprias prisões, e até mesmo à grande prisão evocada pelo Muro do Apartheid localizado próximo ao museu.

A resistência dos presos palestinos também foi inspiração para outros presos e ajudou a sedimentar a solidariedade internacional e radical entre povos oprimidos. Os poemas de Samih al-Qasim, por exemplo, incluídos em uma antologia de poemas revolucionários da Palestina chamada *Inimigo do Sol*, estariam entre os livros encontrados na cela de George Jackson, membro dos Panteras Negras. Ele ficou tão comovido com o poema que, segundo relatos, transcreveu-o em papel improvisado para compartilhar com outros presos. Foi isso que levou à errônea atribuição do poema a Jackson, já que foi publicado em seu nome no jornal do Partido dos Panteras Negras após a sua morte. Esse vínculo inabalável de solidariedade foi e continua sendo celebrado na Palestina até hoje.

Hoje, mais do que nunca, é crucial centrar qualquer discussão sobre a libertação Palestina através da lente do abolicionismo e da rejeição total da carceralidade. Nesse sentido, o encarceramento está não só relacionado às prisões e aos presos, mas abrange todos os aspectos da nossa vida. Desde o nascimento, os palestinos precisam lidar com a criminalização de sua mera

Encarcerando a Palestina

existência. Somos vigiados e censurados, a nossa opressão é normalizada e os nossos corpos são confinados em diversas prisões, tanto a céu aberto como fechadas.

Tais táticas sempre revelaram mais sobre o carcereiro do que sobre o encarcerado, e as lógicas inerentes ao aparato carcerário são compartilhadas por todas as forças opressivas. Embora o objetivo seja projetar força e poder, o que isso acaba revelando, na verdade, é medo e insegurança. Recorrer ao confinamento das lembranças incômodas de um sistema corrupto revela sua fraqueza: uma sociedade incapaz de funcionar sem fabricar vilões aos quais se possa atribuir os males do mundo.

É como tentar cobrir o sol com uma peneira.

À medida que as contradições da colônia de assentamentos israelense continuam se agravando, mais brutal se torna a repressão. Isso deve ser visto como uma continuação de mais de um século de tentativas de extinguir a resistência Palestina. No entanto, esses esforços tiveram o efeito contrário, já que a resistência, em todas as suas formas, tornou-se mais feroz, e as vozes dos presos palestinos rompeu as barreiras do silêncio erguidas por seus algozes. O seu desejo de encarcerar uma nação inteira não terá sucesso. Iremos sobreviver a tudo.

Como escreveu o poeta Palestino em exílio, Rashid Hussein:

Não fique triste, amada!

Colocar-me na prisão, como fizeram, é muito fácil!

Mas o que podem eles fazer contra o sol

Que brilha lá fora e alimenta novos rebeldes?